



Murillo de Aragão

Advogado, mestre em ciência política e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-doutor pela Universidade de Salamanca, na Espanha



Pandemia institucional: a máscara, a vertigem e o egoísmo

O Brasil vive uma época em que a forma pesa tanto quanto o conteúdo. A máscara — a encenação permanente de virtudes e indignações — substitui o debate sério, o pragmatismo e o interesse nacional; a vertigem — a aceleração de crises sobre crises — desorienta a sociedade e os decisores; e o egoísmo — a captura do interesse público por interesses de ocasião — impede pactos mínimos de convivência institucional. Estamos em uma longa pandemia institucional que nos pega, crescentemente, com baixa imunidade em nosso sistema político.

É nessa moldura que se deve ler a turbulência política mais intensa de nossa história recente. Desde 2013, acumulamos episódios que testaram nossos limites democráticos: a polarização radicalizada, os excessos e recuos da Lava Jato, o trágico governo de Dilma Rousseff com sua queda de aprovação de 79% para 10% e subsequente *impeachment*, a retórica anti-institucional de Jair Bolsonaro que culminou no 8 de janeiro. Mais recentemente, vivemos uma sequên-

cia vertiginosa: 1,4 mil pessoas presas ou investigadas pelos atos golpistas, debates sobre proporcionalidade de penas que chegam a 17 anos, a midiática da Justiça com ministros acumulando 5 milhões de seguidores nas redes, a “guerra por procuração” entre Executivo e Legislativo com o Judiciário no meio, a disputa pelas emendas parlamentares que saltaram de R\$ 11 bilhões em 2015 para R\$ 49 bilhões em 2024.

Some-se a isso a inflexão externa com guerras tarifárias, o espectro de risco fiscal com déficit primário projetado em 0,6% do PIB para 2025, a fragmentação do Centrão em 23 partidos com representação no Congresso, e a erosão da etiqueta política que deveria sustentar a democracia. Tudo nos leva a refletir: temos competência e disposição para conciliar tantos desafios?

A máscara aparece primeiro na política de palco. Governistas e oposicionistas atuam para suas torcidas, empilhando *hashtags* como se fossem emendas. A retórica “nós contra eles”

— hoje acionada pelo governo e respondida pela oposição — transforma adversários em inimigos e substitui a negociação por coreografias de confronto. A opinião pública, alimentada por circuitos digitais de confirmação, confunde *performance* com convicção. Pesquisa recente do Datafolha mostrou que 67% dos brasileiros obtêm informação política primariamente pelas redes sociais, onde o algoritmo premia o conflito sobre o consenso.

A consequência é brutal: cresce a deslegitimação recíproca e o espaço de compromisso, contenção e civilidade murcha. Quando cada ator se julga moralmente autorizado a tudo, o sistema perde os freios informais que, na prática, valem mais do que a letra fria das normas. Vale o pensamento de Disraeli: danem-se os princípios, o que vale é o partido.

A vertigem, por sua vez, nasce da sequência de eventos-limite. O 8 de janeiro foi um ataque às instituições, e o Estado precisou responder com firmeza ao vandalismo e às tentativas terroristas. É justo reconhecer que, diferentemente de outros momentos históricos, as instituições resistiram e responderam rapidamente. Cabem, porém, duas cautelas: preservar o devido processo legal — inclusive no debate honesto sobre a proporcionalidade das penas — e evitar que a Justiça se converta em espetáculo. A midiaticização do Judiciário pode até satisfazer a demanda por catarse, mas cobra seu preço em previsibilidade e isonomia.

Quando a toga vira *trending topic*, a tentação de decidir para o palco aumenta. Quando isso ocorre, o confli-

A linguagem do desrespeito encoraja o erro e desautoriza recuos, pois cada gesto é calculado para viralizar — não para resolver

to deixa de ser resolvido e passa a ser exibido. O risco de *lawfare* e de *overreach* cresce — e com ele a percepção de parcialidade, que já atinge 58% da população, segundo o CNJ.

No Congresso, a guerra *by proxy* entre Executivo e Legislativo institucionaliza a paralisia produtiva. O governo ora recorre ao Judiciário para destravar pautas, ora demoniza decisões judiciais que contrariam sua agenda. O Parlamento responde abrindo frentes de contenção contra o Supremo, com 65 pedidos de *impeachment* protocolados apenas em 2024, enquanto negocia o preço da governabilidade. A disputa pelas emendas virou centro de gravidade. Sem regra estável, a execução orçamentária transforma-se em arena de desconfiança: quem paga, quem libera, quando libera, com qual narrativa? Em 2024, apenas 43% das emendas foram executadas no primeiro semestre, criando um ciclo de barganha permanente.

O Centrão, que historicamente funcionou como amortecedor, perdeu coesão. A fragmentação partidária, o poder das bancadas temáticas (evangélica com 195 deputados, agronegócio com 241, segurança com 300), e as disputas pessoais desorganizam sua capacidade de moderar. Quando cada líder fala por si, o Executivo torna-se refém de minicoalizões instáveis. A governabilidade vira um leilão infinito e a previsibilidade legislativa, um luxo.

A política externa merece capítulo à parte em sua preocupante infantilidade. Orientada por um antiamericanismo adolescente e uma nostalgia terceiro-mundista que ignora as reconfigurações do poder global, o Brasil desperdiça oportunidades históricas em nome de bravatas ideológicas. Enquanto provocamos gratuitamente os Estados Unidos — nosso segundo maior parceiro comercial, com US\$ 77 bilhões em trocas anuais — em momento que o país reconstrói suas cadeias produtivas, a China avança pragmaticamente. Nossos vizinhos sul-americanos, mais ágeis, já negociam acordos bilaterais, enquanto repetimos *slogans* dos anos 1970.

A ousadia performática rende manchetes no *Granma* e aplausos em Caracas, mas gera custos concretos: o Brasil foi excluído de discussões iniciais sobre reorganização de cadeias de semicondutores, perdeu espaço no programa de infraestrutura global do G7, e vê o investimento direto americano migrar para México e Colômbia — caiu 12% em 2024, enquanto cresceu 18% no México.

Protagonismo não se constrói com bravatas anacrônicas em fóruns esvaziados, mas com pragmatismo comercial e tecnológico. Nunca nos faltou tanto Osvaldo Aranha, que soube navegar entre potências com elegância, ou Walter Moreira Salles, que entendia que ideologia não paga conta de desenvolvimento.

No campo fiscal, o espectro de descumprimento é mais que retórica. A LDO 2026 já sinaliza riscos: crescimento otimista de 2,5% quando o mercado projeta 1,8%, receitas superestimadas em R\$ 40 bilhões, contingenciamentos que chegaram tarde demais em setembro de 2024. Não se trata apenas de “default” clássico, mas de inadimplência de confiança. O dólar a R\$ 6, juros reais entre os maiores do mundo (7,5% ao ano), e fuga de R\$ 80 bilhões em capitais em 2024 mostram o preço da desconfiança. A regra fiscal só funciona como âncora, não como sugestão negociável a cada votação apertada. O ponto é simples: sem disciplina e transparência, o país permanecerá no círculo vicioso de juros altos, investimento baixo e impaciência social.

A falta de etiqueta política, por fim, tornou-se método. Em 2024, registraram-se 47 episódios de agressão verbal em plenário, 15 ameaças públicas entre autoridades, incontáveis *tweets* convertidos em política de Estado. A linguagem do desrespeito encoraja o erro e desautoriza recuos, pois cada gesto é calculado para viralizar — não para resolver. Em democracias maduras, o conflito é enquadrado por ritos e precedentes. Aqui, trocamos os ritos por *lives* e os pre-

cedentes por *prints*. Declarações viram “lacrações”, e o resultado é uma erosão da confiança que desorganiza a administração e exaure uma sociedade onde 71% se dizem cansados da política, segundo o Ipec.

Apesar do quadro sombrio, há sinais de resistência institucional que merecem registro. O TSE conduziu eleições limpas em 2022 apesar dos ataques. O STF, com todos os seus excessos, impediu a ruptura institucional. O Congresso, mesmo fragmentado, aprovou reformas estruturais. A imprensa, sob pressão, mantém capacidade investigativa. Mas esses anticorpos não bastam se a doença avança mais rápido que a cura.

Os cenários oscilam entre melhora gradual e agravamento da pandemia. O caminho é claro, mas difícil. O Judiciário precisa exercer maior contenção, reduzir protagonismo midiático, julgar processos em vez de fazer política — em 2019, o STF julgava 90 mil processos/ano; em 2024, foram 120 mil. O Legislativo deve aceitar regramento nas emendas, com transparência total na destinação e fim do orçamento secreto de fato, não apenas de direito. O número de partidos precisa cair de 23 para no máximo 10 por cláusula de barreira progressiva. O Executivo tem que abandonar o hiperpresidencialismo e construir coalizão programática real, não aluguel de votos. Na política externa, urge trocar ideologia adolescente por pragmatismo adulto — o mundo não nos espera enquanto recitamos cartilhas antigas.

A sociedade, por sua vez, precisa reconstruir a etiqueta democrá-

tica: valorizar o contraditório sem demonização, punir a mentira deliberada, premiar quem compõe em vez de quem destrói, exigir mais dos representantes, mas também de si mesma. Nada disso é romântico — é engenharia institucional e social, feita de incentivos e de exemplo vindo de cima.

Democracias não se salvam com heróis solitários nem com plateias raiosas. Elas se salvam quando instituições funcionam, quando lideranças aceitam que ceder faz parte de construir, e quando a sociedade entende que a política é a arte do possível, não do ideal. Para sairmos da tempestade, será preciso retirar a máscara — admitindo limites e erros —, vencer a vertigem — recuperando cadência e método — e domar o egoísmo — lembrando que o interesse público transcende facções.

Os números não mentem: somos a 9ª economia mundial que se comporta como a 90ª em maturidade institucional. Temos instituições que resistiram a ataques, mas seguem frágeis. Temos democracia, mas sem qualidade democrática. Sem mudança de rumo, continuaremos a confundir palco com país, claque com povo, narrativa com resultado. E, enquanto a encenação ocupar o lugar da política, a turbulência deixará de ser episódio para se tornar regime permanente. O Brasil merece mais que esse teatro melancólico disfardado de democracia. ■

Murillo de Aragão escreve a cada bimestre.